

Por entre as esferas públicas e as anacronias: a velocidade na comunicação como fator de des (integração) do Brasil no contexto latino-americano¹

Dirceu Martins Alves²
Universidade Estadual de Santa Cruz, BA

RESUMO

O trabalho aborda as dificuldades da integração das regiões do Brasil, e deste com a América Latina, na área da comunicação, e na constituição de esferas públicas capazes de produzir opinião pública sobre os interesses da região. Parte da definição de esfera pública burguesa de Habermas, para constatar que a mesma estrutura é hegemônica no contexto latino-americano. Primerio estão as desigualdades de rendas polarizadas, depois as dificuldades técnicas em relação ao alcance dos meios. Como complicador, considera as anacronias do continente e os múltiplos tempos. A visao naturalista da natureza, segundo Clément Rosset, se encontra com o racionalismo, discutido por Bruno Latour, o que dificultaria a compreensão socio-cultural dos nossos coletivos, híbridos. Somente a lógica da velocidade na comunicação poderia proporcionar a convergência dos tempos.

PALAVRAS-CHAVE: esfera pública; anacronias, velocidade; antinatureza; comunicação.

*Eu moro na roça iaiá
Eu nunca morei na cidade
Compro o jornal da manhã
É pra saber das novidades.³
(Moro na roça. Samba brasileiro)*

Introdução

A letra do samba *Moro na roça* tem versos poeticamente bonitos, mas semanticamente falsos. Quem mora na roça não compra jornal, pelo simples fato de que não há distribuição. O jornal impresso é um fenômeno exclusivamente urbano, por questões de público e de logística. Interessante notar a contradição campo vs cidade, ou

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² (Prof. Dr. Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, curso de Comunicação Social. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e cultura: Barroco e mestiçagem (CNPq/PUC/SP), e-mail: dirceumalvez@gmail.com)

³ Letra de samba atribuída a Jorge Zagaia e Xangô da Mangueira, gravada por cantores populares como Clementina de Jesus, Mônica Salmaso, Fundo de Quintal, Zeca Pagodinho, entre outros.

meio rural vs urbano, na configuração participava das esferas públicas. A minoria que lê jornal impresso, ou que lia nos últimos 30 ou 40 anos no Brasil é a que tem maior poder de participação nas decisões da nação. E nos demais países latino-americanos a situação não é diferente, isso porque temos praticamente as mesmas dificuldades de organização da burocracia estatal, as mesmas desigualdades sociais e polarização das rendas, e também as mesmas fontes (modelos), nos quais buscamos orientações para a resolução dos nossos problemas: a Europa Central, nos séculos XVIII e XIX, incluindo os Estados Unidos a partir do XX. Com a chegada dos novos meios, a partir da *internet* e das plataformas digitais, temos novas possibilidades de integração ou desintegração das esferas públicas e privadas. Entretanto, essa integração depende mais do que gostaríamos de admitir, da velocidade da comunicação⁴. Fator preponderante na constituição da vida moderna, ou se quiser, da vida pós-moderna.

O panorama político, econômico e cultural da América Latina nos últimos anos, e no Brasil em particular; levando-se em conta o protagonismo dos meios de comunicação nas nossas sociedades contemporâneas, torna pertinente uma reflexão panorâmica acerca desse atual cenário. Por entre mídias e artes, passa a cultura, os interesses econômicos e ideológicos, tensores da geopolítica latino-americana. Uma análise a respeito dos papéis que vêm desempenhando as elites, em parceria com o Estado e com a mídia institucionalizada, nos evidenciam práticas que visam consolidar o modelo neoliberal na referida região. Na oposição, há também corporações de mídia que lutam contra essa chamada “demonização do Estado”, pregada pelo seguimento da sociedade que defende o neoliberalismo. Entretanto, não fica claro se essa confrontação se dá por reais intenções de informar e atuar na promoção social dos cidadãos, ou se operam com interesses próprios, visando o lucro anual que elas obtêm advindo das verbas e cotas públicas, as quais seriam reduzidas com a diminuição do Estado. Há tensores ideológicos que pendem para a direita e para a esquerda. Há também os interesses de grupos de comunicação e mídias comerciais, que se dizem isentas, e, portanto, atuariam no sistema capitalista e republicano.

O sistema de financiamento público dos meios de comunicação, tanto públicos como privados, cria estruturas de esferas públicas, difíceis de sofrerem mudanças, porque

⁴ Tratei o tema da velocidade na comunicação no meu texto “A VELOCIDADE NA COMUNICAÇÃO: QUESTÕES DE EMISSÃO E RECEPÇÃO NA SOCIEDADE DA CIBERCULTURA”, disponível no Portal do INTERCOM, 2016.

os signos circulam em velocidades diferentes em cada uma delas, como veremos mais adiante. As anacronias multiplicam os tempos das comunidades, e cada uma delas funcionam num ritmo próprio, obedecendo o grau de tecnicidade que foram capazes de absorver, ou de recusar.

As dificuldades da esfera pública (burguesa?)

A esfera pública burguesa surge, ou se configura, no século XVIII, na Europa: Alemanha, França e Inglaterra, de onde vem o modelo para a América Latina. Utilizo as definições de Habermas, pela enorme e incontestável penetração de suas ideias na formação acadêmica dos latino-americanos.

A esfera pública burguesa pode ser entendida, antes de mais nada, como a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público. Elas reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera de circulação de mercadorias e do trabalho social – essencialmente privatizada, mas publicamente relevante. O *médium* desse debate político é peculiar e sem precedente histórico: a discussão pública mediante razões. (HABERMAS, 2014, p. 135).

Vale ressaltar que o debate político, mediado pela discussão, baseada na razão é sem precedente porque

Até então os estamentos negociavam os contratos com os príncipes nos quais as pretensões de poder conflitantes eram balanceadas, caso a caso, em uma demarcação de limites entre liberdade estamentais e as autoridades principescas ou majestades. (HABERMAS, 2014, p. 135 – 136).

O modelo de participação na esfera pública burguesa através do debate, incorpora outro conceito, que vinha sendo forjado nos últimos séculos, mas que se consolida no século XVII, “opinião pública”.

O que é submetido ao juízo do público ganha “publicidade” [*Publizität*]. No fim do século XVII, surge o termo inglês *publicity*, derivado do francês *publicité*. Na Alemanha, a palavra aparece no século XVIII. A própria crítica se apresenta na forma de *öffentlichen Meinung* [opinião pública], termo que se formou a partir de *opinion publique* na segunda metade do século XVIII. Quase simultaneamente surge na Inglaterra *public opinion*; contudo, muito tempo antes já se falava de *general opinion*. (HABERMAS, 2014, p. 134). [Grifos do autor].

Importante descrever o que Habermas entende como esfera pública burguesa porque é a mesma configuração que temos para a nossa esfera pública mais participava, chamada de elite brasileira ou latino-americana. A pequena parcela que tem poder de contestar o Estado. A própria imprensa, no caso o jornal, tem uma origem aristocrática e burguesa ao mesmo tempo. Derivado da literatura elegante da Corte, o jornal, essa nova literatura será lida nos cafés (*coffee house*), e nos requintados *saloons* (salão de exposição artística, de moda, teatro etc.), onde o público burguês, não nobre, mas seletivo, formará a sua opinião. O conceito de democracia contemporâneo somente será compreendido quando à essa esfera de leitores burgueses se juntarem os “súditos”, os trabalhadores, os sindicatos, os partidos da posição e da oposição, debatendo e confrontando ideologicamente. São as esferas que compuseram, ou que compõem a modernidade. Martín-Barbero nos chama a atenção para um pró-modelo europeu, que caminha para a pós-modernidade.

A reflexão sobre a pós-modernidade faz uma crítica radical dessa visão unidirecional da história, buscando resgatar a heterogeneidade de temporalidades. E, curiosamente, um dos autores que têm chamado atenção em sua reflexão crítica e debate com os pró-modelos europeus é Perry Anderson, um dos grandes marxistas ingleses, que mostra como não podemos entender a modernidade europeia sem uma multiplicidade de temporalidades que conviveram no começo da modernidade: a modernidade em termos de economia, a modernidade dos partidos políticos e dos sindicatos, das forças sociais da Europa, e a modernidade dos artistas, chamada modernismo. Essas três temporalidades muito instáveis e contraditórias são vistas na América Latina como um processo unificado, claro, em um contexto de busca de um modelo de desenvolvimento. (MARTIN-BARBERO, 1995, p. 42-43).

O nosso desafio latino-americano tem sido a tentativa de conjugar as várias temporalidades, com culturas e pensamentos contraditórios, em busca da tal “modernidade”, entretanto, o melhor caminho, observa Martín-Barbero, seria considerarmos que “não há mais o passo da tradição à modernidade como se não houvesse aspectos absolutamente contraditórios, mas sim formas de articulação entre diversos processos de modernidade e tradição”. (1995, p.44).

A vida privada dos operários encontra uma esfera pública capaz de formar uma opinião pública nos informes e jornais dos sindicatos, também na comunicação de massa a que tem acesso, evidentemente, mas nos sindicatos e partidos têm-se algo mais específico. O mesmo acontece em relação aos estudantes e as palestras e congressos nas universidades. Com a chegada da era digital e das redes parece que ficará mais fácil

estudar e registrar como se formam as opiniões públicas. Há muito tempo Lippmann chamou nossa atenção para essa dificuldade.

Uma vez que a opinião pública deve supostamente ser a primeira mobilizadora nas democracias, uma pessoa pode razoavelmente esperar encontrar uma vasta literatura a respeito. Ela não a encontra. Há excelentes livros sobre governos e partidos, ou seja, sobre a maquinaria que em teoria registra as opiniões públicas depois que elas estão constituídas. Mas as fontes de onde estas opiniões públicas surgem, dos processos através dos quais eles se constituem, há relativamente pouco. (LIPPMANN, 2010, p. 223).

As opiniões públicas dos grupos descritos como viventes das anacronias não circulam diretamente na esfera pública burguesa brasileira, que se mantém hegemônica. Daí a existência de sindicatos, ONGs, que se lançam em suas representações perante o Estado. Um exemplo: conhecemos realmente o que pensam os índios brasileiros sobre demarcação ou não demarcação de terras? Há um debate ideológico nos meios de comunicação, a partir do qual podemos ver opiniões contraditórias sobre a demarcação de terras indígenas. Mais polêmica do que a discussão sobre demarcação, nos meios, é a discussão sobre a criação de reservas indígenas. E os índios querem viver isolados em reservas ou preferem a integração com a sociedade ocidental? A opinião pública a que temos acesso é aquela passada por alguns grupos indígenas, e por organizações governamentais ou não governamentais que os representam. Seria possível cada índio transmitir a sua opinião, como formadora individual da opinião pública geral? Não, a esfera pública burguesa é a única que tem capacidade de colher, contar, com a gama de opiniões particulares de seus integrantes, para a formação da opinião pública. A esfera pública burguesa do século XVIII na Europa corresponde, resguardando alguma diferença, à classe média brasileira de hoje. A parcela da população que tem acesso à leitura impressa e à conectividade digital, e assim a possibilidade de formar a opinião pública através do debate e da busca da verdade. Um ideal de liberdade, vinculado aos direitos civis, que aparenta ser inspirado nos democratas norte-americanos. Como diz Lippmann sobre os jornais e a formação do público.

Convencido de que a sabedoria lá estava se somente você pudesse encontrá-la, os democratas trataram do problema da formação das opiniões públicas como um problema das liberdades civis. Dito da pior forma, quem já conheceu a verdade num encontro livre e aberto? Supondo que ninguém tenha visto isso ser dito numa forma pior que essa, nós deveríamos acreditar então que a verdade é gerada pelo encontro, como o fogo pela fricção de duas varetas? Atrás desta clássica doutrina de liberdade, que os democratas americanos corporificam em sua Declaração dos Direitos, existem, de fato, várias teorias distintas sobre a origem da verdade. Uma

é a fé de que na competição das opiniões a mais verdadeira vencerá porque há uma força peculiar na verdade. Isso é provavelmente correto se você permitir que a competição se prolongue por período suficiente de tempo. (LIPPMANN, 2010, p. 274).

Em resumo, acreditamos que do debate e do confronto ideológico de ideias brotará a verdade, fomentadora de um processo democrático. Decidimos pela racionalidade, entre aqueles que se inserem na racionalidade técnica.

Anacronias latino-americanas (tempos múltiplos ou o problema da velocidade)

As anacronias, ou a multiplicidade de tempos que habitamos na América Latina, chamada em espanhol de *Destiempo*, é tema muito recorrente na literatura dos grandes narradores do continente. Escritores como Mário de Andrade, Octavio Paz, Miguel Ángel Asturias, Carlos Fuentes, Gabriel García Márquez, Juan Rulfo, Augusto Roa Bastos, entre outros, fizeram do *destempo* a matéria prima de suas obras, com mesclas culturais de tempo e de espaço, personagens e paisagens. Hegel havia considerado a história como uma linha linear, de eventos sucessivos que se afastavam uns dos outros por marcações temporais. Pressupunha uma linha evolutiva, na qual a Europa estava mais avançada que a América Latina, historicamente. Já a África não teria história, isso porque ela ainda viveria no mundo mágico, circular. Hegel professa uma epistemologia iluminista, e precisamos entender o contexto em que ele considerou a história. O da história única.

A modernidade e a racionalidade ocidental chegaram à América Latina, mas não é difícil encontrar comunidades indígenas, por exemplo, que ainda vivem no tempo mágico, ou melhor, vivem entre os dois tempos, mágico e histórico, posto que convivem com as organizações oficiais do governo, e também as não oficiais, que levam o tempo histórico para o seio de suas culturas, com datas de cadastramento, períodos de vacinação, recenciamentos, entre outras burocracias. Não é por acaso que Martin-Barbero aponta as anacronias como a primeira mediação na recepção na América Latina:

A primeira mediação que a recepção introduz, vista como um lugar e não como uma etapa, é a questão das anacronias e das diferentes relações com o tempo, que em castelhano chamamos de *destempo*. É importante observar, para além de modismos, que a reflexão sobre a pós-modernidade tem essa questão como um de seus eixos. Ao contrário da visão hegemônica, tanto da direita como da esquerda, não há só uma história, não há só uma direção da história. (MARTIN-BARBERO, 1995, p. 42-43).

As representações de zonas afastadas como comunidades andinas, povos do deserto, moradores ribeirinhos da imensa Amazônia, reservas indígenas, e comunidades quilombolas, tendem a formar novas esferas, que não participam da opinião pública geral, por falta de conexão e mediação com os meios de comunicação. De partida eles estão excluídos da imprensa escrita, por falta de distribuição em seus espaços geográficos. Vale ressaltar que no Brasil a mídia impressa hoje representa 1% do público consumidor de notícias. Mas são estes componentes do grupo do 1% que decidem as pautas políticas e sociais no país, jornalistas, chefes de redação, professores universitários, pesquisadores, magistrados, funcionários públicos da burocracia estatal, e os profissionais liberais da classe média em geral. Se por um lado as emissoras de rádio mais potentes chegam até as comunidades mais afastadas, muitas dessas comunidades não têm sinal de *internet*.

A televisão por satélite pode ser captada por antenas parabólicas, entretanto, não é em todo lugar e condições que se pode ter imagens. Muitas comunidades amazônicas não têm nem mesmo o sinal da parabólica. Recentemente, em 2017, um jovem pesquisador do Pará iniciou uma pesquisa para desenvolver uma antena parabólica especial, capaz de captar imagens de TV nos barcos em movimento, onde as parabólicas não funcionam. Os passageiros reclamavam da falta do que fazer em viagens de barco que duram um, dois, ou até três dias. Interessante notar que o pedido e o incentivo para a pesquisa partiram de um empresário, comerciante da região, e não de órgãos públicos do governo, ou centros de pesquisa. O empresário conhece a demanda. Sabe que falta a oferta. É certo que a televisão religaria oralidade dessa região à oralidade técnica. Contudo, diminuiria o descompasso de tempo no qual vivem, conectando-os no tempo contemporâneo, ao menos nos momentos de assistência dos programas. Isso porque

O tempo não é um panorama geral, mas antes o resultado provisório da ligação entre os seres. A disciplina moderna agrupava, enganchava, sistematizava para manter unida a pletera de elementos contemporâneos e, assim, eliminar aqueles que não pertenciam ao sistema. Esta tentativa fracassou, ela sempre fracassou. Não há mais, nunca houve nada além de elementos que escapam do sistema, objetos cuja data e duração são incertas. Não são apenas os beduínos ou os kung que misturam os transistores e os costumes tradicionais, os baldes de plásticos e odres em pele de animal. Há algum país que não seja uma “terra de contrastes”? Acabamos todos misturando os tempos. Tornamo-nos todos pré-modernos. Se não podemos mais progredir como modernos, devemos regredir como os antimodernos? Não, devemos passar de uma temporalidade a outra já que, em si mesma, uma temporalidade nada tem de temporal. (LATOURET, 1994, p. 74).

Outra diferenciação que podemos fazer em relação a essas relações com o tempo, pode ser a consideração da imagem de vídeo que não estão presentes na vida dessas pessoas. Na cidade grande estamos o tempo todo vendo imagens, e sendo vistos também por imagens das câmeras de supermercado, de trânsito, hospitais, repartições públicas etc., e isso muda nossa constituição psíquica. As câmeras perturbam nossa percepção da realidade, observa Paul Virilio:

O paradoxo lógico, finalmente, está no fato de essa imagem em tempo real dominar a coisa representada, nesse tempo que torna-se mais importante hoje do que o espaço real. Essa virtualidade que domina a atualidade, perturbando a própria noção de “realidade”. Daí onde essa crise das representações públicas tradicionais (gráficas, fotográficas, cinematográficas...) em benefício de uma apresentação, de uma presença paradoxal, tele-presença à distância do objeto ou do ser que suplanta sua própria existência, aqui e agora. (VIRILIO, 1993, p. 131).

As comunidades que não estão sob o regime de vigilância das câmeras não têm a menor necessidade de se relacionarem com o tempo do mesmo modo que as outras que sofrem essa perturbação psíquica. A ausência da publicidade nessas comunidades, faz com que uma fotografia das comunidades dos Andes, do deserto chileno, ou da Amazônia, seja uma representação. Já o meio urbano saturado de imagens da publicidade faz com que a representação passe a ser uma apresentação.

Superficial, a fotografia publicitária toma parte, devido a sua própria resolução, nesta decadência do “pleno” e do “atual”, em um mundo de transparência e virtualidade onde a representação aos poucos cede lugar a uma verdadeira apresentação pública. (VIRILIO, 1993, p. 130 – 131).

Um continente marcado pelas anacronias e temporalidades multiplicadas ganha mais complexidade com as novas mídias. Elas trazem complicadores para a análise, que requerem novas epistemologias, uma vez que dão voz ao cidadão comum em escala nunca vista na história, ao mesmo tempo em que as grandes empresas de comunicação também se apoderam delas para criar novas estratégias de consumo, na lógica da indústria cultural. Desde Edgar Morin e Umberto sabemos que uma das premissas da indústria cultural é fazer a crítica do consumo, na cultura de massa, como uma das lógicas de incentivo ao próprio consumo.

Uma das novas epistemologias seria pensar o receptor, dentro desse contexto de mercado, de tecnologias de aceleração do ritmo da vida social, que tanto moderniza as regiões, mas também cria anacronias entre os espaços geográficos, Martin-Barbero (1995). A nova televisão é a que se faz na *internet*, com conteúdo produzido diretamente para as plataformas digitais, como Youtube (inaugurado em 2005), Netflix (fundada em

1997), mas que passou a influenciar o mundo digital a partir da primeira webesérie original de sucesso da empresa, *House of Cards*, lançada em 2013, e o Instagram, que lançou uma ferramenta para TV digital, IGTV, em 2018. O rádio digital deu novo alcance para o meio, ligando longínquos espaços físicos com os espaços *cybers*. As mudanças são evidentes nas formas de produzir os novos formatos de roteiros para telesséries e webséries; novos modos de gravar e editar sons e imagens. Há um receptor de conteúdos de comunicação cada vez mais jovem, inserido na velocidade da comunicação digital sem haver passado pela leitura dos jornais impressos. Trivinho observa que o conceito de dromocracia, de Paul Virilio, está ligado com o universo bélico, confronto, guerra.

Virilio subtrai a questão dromológica de seu longo e exclusivo cativeiro no reduto das ciências exatas e da terra e, simultaneamente, abrindo-lhe os horizontes, insere-a no terreno das ciências humanas sociais. A operação, a par de suas injunções específicas, norteia-se por clara intencionalidade: o conceito de dromocracia, na obra de Virilio, pertence a (e, ao mesmo tempo, encerra) um quadro teórico e epistemológico voltado para a consumação da crítica à organização sociotécnica dinâmica que, a cada época, define a vida humana. Não se trata, portanto, de prisma descritivo-contratatório ou nomológico-classificatório. A mobilização do conceito, *per se*, se põe, de partida, em favor da dissonância e, melhor ainda, do interesse de confronto em relação às formas e tendências do existente. A categoria tensiona, a partir de dentro (vale dizer, de modo imanente), o seu próprio referente, ao evidenciar a ligação entre o processo sociotécnico de fomento da velocidade e processo histórico permanente de destruição material e/ou simbólica da alteridade, de seu grupo ou classe social, de sua *urbis*, de seu ecossistema e de sua cultura; em suma, de sua alma. (TRIVINHO, 2007, p. 46 – 47).

Os embates entre tradição e modernidade, em relação à inserção da tecnologia na vida de certas comunidades, depende, para ter resultado, do tempo que elas ficam expostas ao processo sociotécnico. Com a exposição às ferramentas pode-se mudar o sistema, a partir do uso que se faz delas. Se os jornais impressos não chegam pela distância, pode-se ter todas as outras formas de interação digital nos aparelhos moveis, hibridismo das mídias, ou convergência dos meios digitais, que instaura o vetor do *dromus* na vida cotidiana.

Mídias, que antes existiam em suportes físicos separados – papel, para o texto e a imagem impressa, película química para a fotografia e o filme, fita magnética para o som e o vídeo –, que dependiam de meios de transporte distintos – fio de telefone, onda de rádio, satélite de televisão, cabo –, passaram a combinar-se em um mesmo todo digital, produzindo a convergência de vários campos midiáticos tradicionais. Foram assim fundidas as quatro formas principais de comunicação humana: o documento escrito (imprensa, magazine, livro); o audiovisual (televisão, vídeo, cinema), as telecomunicações (telefone, satélites, cabo) e a informática (computadores e programas informáticos). A esse processo cabe com

justeza a expressão “convergência das mídias” que está na base do hibridismo midiático. (SANTAELLA, 2010, p. 86).

A sociedade conectada está mudando os paradigmas da formação da opinião pública, pelas novas esferas que nascem da união dos espaços privados e espaços *cybers*, novas paisagens, esferas virtuais. Mas para funcionar bem necessitamos de uma *internet* com velocidade no mínimo 3G.

Mais importante do que a paisagem urbana e os enclaves de privacidade no seio da vida pública são as atividades complexamente urdidas que estão emergindo. A convergência das novas redes moveis de telecomunicações, com o sistema de posicionamento global (GPS) e com as interfaces gráficas interativas dos dispositivos moveis vem expandindo o potencial das tecnologias midiáticas, propiciando a comunicação e interação entre indivíduos em movimento que, durante todo o tempo, estão conscientes do lugar que cada um ocupa no espaço. (...). Estão surgindo com isso novas estruturas espaciais interativas e novas formas de práticas culturais. Trata-se de serviços baseados em locais que, por meio da rede geoespacial, estão ligando os *bits* imateriais da mídia e informação com lugares físicos do espaço público urbano. São práticas tecnossociais com o potencial de gerar formas de participação pública que reconectam as dimensões materiais do espaço físico com os recursos participativos da esfera pública virtual (SANTAELLA, 2010, p. 120).

No final de 2017 o Portal do Governo do Brasil anunciou que a partir de 2018 a região do Xingu (PA) iria receber 200 quilômetros de fibra óptica para levar *internet* banda larga para 12 municípios, beneficiando 600 mil pessoas. Batizado de projeto Xingu Conectado, as obras custariam R\$ 14 milhões. Os sinais de *internet* banda larga seriam possíveis na região a partir do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que estava sendo lançado na Guiana Francesa. No Portal, o setor de Inclusão Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), informava que a infraestrutura do projeto consistia na implantação de uma rede de fibra óptica para conectar todas as cidades que estão na Transamazônica, além de um projeto de rádio de alta capacidade para as cidades de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, que ficam na margem do rio. Os cidadãos teriam acesso à *internet* com mais rapidez e preços mais acessíveis, ademais de passarem a contar com os serviços informatizados que chegariam às prefeituras da região. Uma realidade nas práticas de lazer e de serviços conectados, que os aproximará do ritmo virtual dos grandes centros do Sul e do Sudeste.

Pela *internet* e pelas redes sociais podemos saber coisas de países que a grande mídia não tem interesse ou demora em nos mostrar. A Rede Globo, maior canal de TV do país, traz os comentários sobre o Equador ou o Peru, por exemplo, a partir de seu

correspondente em Buenos Aires. O fluxo migratório de pessoas que tentam entrar nos Estados Unidos, fugindo dos conflitos na América Central, um problema profundo, é tratado na superfície. Quase sempre, o debate está centrado na figura de Donald Trump, e se ela vai conseguir ou não a aprovação do Congresso e liberação da verba para construir o muro. No México e na América Central dificilmente temos correspondentes.

Os regimes políticos de ideologia socialista ou comunista da América Latina também criam anacronias que inserem outras temporalidades na comunicação geoespacial. A Venezuela é um exemplo notório. Durante o comando de Hugo Chaves foram fechados 3 grandes canais de televisão e mais de 600 emissoras de rádio. Meios que criticaram o regime de revolução bolivariana. Hoje, com o agravamento da crise no país, quase não encontramos editoriais isentos sobre este país vizinho nos nossos veículos. As reportagens, seja de TV, de Portais eletrônicos ou da mídia impressa sempre partem para a acusação ou para a defesa do regime, dependendo do viés ideológico ao qual se alinham. O que pensam os venezuelanos, como vivem, somente podemos ver nos *vlogs* que os próprios venezuelanos publicam no Youtube.

Cuba é hoje o exemplo mais notável dessa des(integração) na velocidade. Até o final de 2017 o acesso dos cubanos à *internet* eram os pontos públicos de wi-fi, que cobravam por hora. Uma hora de *internet* no Hotel Habana Libre custava 10 dólares, o salário mensal do porteiro do hotel. Apenas 37 mil residências tinham conexões com a web. Em dezembro de 2018 o país adotou a internet 3G, e logo depois liberou o acesso às redes sociais. Em abril o presidente Miguel Díaz-Canel criou uma conta no Twitter, e incentivou os ministros do país a também criarem suas contas. Hoje, dos 26 ministérios, 24 estão no Twitter, assim como a maioria dos seus ministros. Um número cada vez maior de cubanos pode Twittar e interagir com os ministros, inclusive fazer reclamações, criando assim uma esfera pública. Foi o que ocorreu quando se preparavam para votar a nova constituição de Cuba. Os internautas cubanos subiram a *hashtag* #YoVotoNo, e o Governo reagiu lançando em contra-ataque a *hashtag* #YoVotoSí. Quando os cubanos saíram da rede e foram para as ruas protestar, o governo reagiu com violência e com prisões aos mais exaltados. Talvez o controle da vida privada das pessoas pelo regime explique o fato de que primeiro os cubanos entraram no Facebook e Instagram. Depois foram migrando para o Twitter porque este exige menos dados pessoais.

Naturalismo e racionalismo – Incompreensão dos coletivos híbridos

As dificuldades de entendermos os coletivos e integrá-los na comunicação global, considerando a opinião de sua esfera para composição da esfera pública, da qual sairá a opinião pública, passa pela consideração contraditória da natureza e dos estágios de cultura que se encontram nela. Os indígenas vivem essa condição na América Latina. São seres humanos que estão mais próximos da pureza que os demais, afirma uma corrente de pensamento. Há uma natureza que precisa ser preservada. Uma abordagem naturalista, que vem de muito longe, desde Platão, explica Rosset.

Platão é o grande pensador da degradação, e a ideia de degradação é a ideia naturalista por excelência. Se há degradação é porque há alguma coisa que se degrada; essa “alguma coisa”, não importa sua designação ou a representação que dela se faz, é necessariamente natureza, e pura natureza, já que uma relação de degradação a vincula àquilo que é seu estado atual, a natureza corrompida. (ROSSET, 1989, p. 2016).

Na visão platônica o homem é quem representa essa ameaça de degradação da natureza, que deve ser preservada. Essa deve ser a origem do pensamento que orienta certas ideologias, políticas partidárias, que atuam hoje em dia nas causas indígenas. Preservação não só da natureza, mas do homem que vive próximo dela e de sua cultura.

Segundo Rosset (1989, p 230 - 31) “talvez Aristóteles possa ser considerado o mais claramente naturalista de todos os filósofos.” Aristóteles não vê nem a necessidade de demonstrar que a natureza existe, pois sabemos “que há seres naturais.” Logo no início do livro II da *Física*, encontramos suas explicações sobre “o que é ser por natureza e o que é concorde à natureza.” Mas diferentemente de Platão, o qual considera que Deus criou a natureza a partir da junção do sensível com o inteligível, tendo portando o homem como causador da degradação e da corrupção da natureza, Aristóteles não considera a possibilidade da degradação da natureza:

O naturalismo Aristotélico, logo de início, situa-se em uma perspectiva cuja calma é tão distante da inquietude platônica diante da corrupção, quanto da angústia de Rousseau perante a desnaturalização do homem. A natureza não está profundamente ameaçada: os acidentes que rasgam, aliás, naturalmente, seus percursos não são suscetíveis de engendrar corrupção ou alteração verdadeira. Por isso a natureza é ao mesmo tempo invulnerável em si mesma e evidente aos olhos do homem, sem que haja necessidade de demonstrar essa evidência; qualquer razão que se invoque permanece aquém da certeza adquirida através da simples observação da natureza. (ROSSET, 1989, p. 230 – 231).

Para Aristóteles “a natureza é o movimento não provocado”, que age com espontaneidade. Ademais do movimento, outro elemento da natureza é a finalidade: “A natureza está nas causas que visam um fim.” Entretanto, os movimentos da natureza são diferentes dos movimentos provocados pelo homem, estes implicam em mediações. Em resumo, Aristóteles demarca os dois domínios da não natureza: o artifício humano e o acaso.⁵ É longa a discussão filosófica sobre o artifício contra a natureza, não cabe uma maior explanação aqui. O gostaria de deixar claro, sobretudo, que o artifício é a ação do homem contra, ou em relação à natureza. E a partir dessa possibilidade temos outra orientação, aristotélica, para aqueles que defendem ocupação sustentável da natureza em zonas indígenas, ou uso da tecnologia, como luz elétrica, motores, e refrigeradores para comunidades andinas ou quilombolas. Evidentemente, com a chegada da energia elétrica, e talvez da *internet* nas localidades desses coletivos, eles poderiam entrar na velocidade da comunicação, e assim, conectar suas esferas com a esfera que tentei definir como burguesa. As comunidades pequenas possuem baixo poder de participação nas decisões, como explicita Kucinski:

É na qualidade de esfera pública das comunidades pequenas e médias que se verifica a grande diferença entre Brasil e Estados Unidos. As comunidades menores são o *locus* da democracia participativa nos Estados Unidos, a arena principal da cidadania, possuindo uma imprensa local viva e vigilante. Já nos pequenos e médios municípios brasileiros, os jornais são totalmente dependentes da elite local dominante e da máquina do Estado, e mais afastado ainda do jornalismo liberal. Um exemplo notável é Rio Branco, capital do Acre, que possui quatro jornais, que somam 8.900 exemplares de circulação. Nenhum tem viabilidade econômica, todos vivem dos favores públicos, cada um representando um chefe político local. (KUCINSKI, 1998, p. 25)

Mais do que exploração comercial dos meios de comunicação, necessita-se de ideologias, que caminhem a par com os valores republicanos. O conceito de mais-valia, dizem que obsoleto, não se aplica aos membros dessas comunidades.

O conceito de ideologia começou a ser usado no tempo da Revolução Francesa como sinônimo para o “estudo das ideias”, “ideologia”. Esse estudo se incluía no projeto de encontrar algum fundamento ou aplicação para o modo de pensar dos seres humanos. Assim, “ideologia” seria uma espécie de metaestudo do conhecimento humano. O conceito de ideologia para Marx e Engels continua a busca de uma origem das ideias e da consciência. A novidade foi identificar a origem social das ideias. Essa mudança abriu caminho para se questionar a relação entre a consciência e as relações sociais. (MARTINO, 2014, p. 67 – 68).

⁵. ROSSET demonstra que nesse sentido Aristóteles se aproxima de Platão, nas *Leis*.

A consciência está ligada ao espaço social e às condições de vida de cada indivíduo ou de cada coletivo. Os índios da etnia mapuche criaram em 2000 o jornal virtual *Mapuexpress*⁶, no Chile. Um exemplo de coletivos impuros que entram na velocidade da comunicação, preservando suas tradições. Parte de seu povo ocupa uma área desértica de fronteira entre Chile, Argentina e Peru. Quando se reúnem para os jogos indígenas cada comunidade se auto define como argentina, chilena ou peruana. A parte argentina luta para ter sua cidadania reconhecida pela constituição argentina. Os mapuches chilenos marcharam em Avenidas de Santiago para reivindicar o direito de também serem atendidos nos postos públicos de saúde. Das comunidades que vivem no deserto, nos vales e nas montanhas chegam as pautas de reivindicações para o *Mapuexpress*.

Considerações finais

Os coletivos híbridos são aqueles que comportam religiões, políticas, cosmos e cosmogonias, dentro de temporalidades. Homogeneizar os tempos, eliminando as impurezas dos coletivos latino-americanos não leva a América Latina à modernidade. A própria tentativa de separar as ciências, compartimentando as suas disciplinas, como a física, a química, a biologia, projeto racionalista da modernidade, fracassou porque não sabemos exatamente onde termina a química e começa a biologia, como demonstra Latour (1994). A racionalidade não quer abrir mão para a empiria. Os espaços *cyber*, diz Santaella (2010), tem agora a possibilidade de convergirem com os espaços geográficos físicos. A velocidade é uma premissa da comunicação na contemporaneidade, a era da dromocracia. Entretanto, não vivemos os mesmos tempos entre as zonas do Brasil, nem conectamos o Brasil com o todo da América Latina. Martin-Barbero diz que não existe nem mesmo aquela unificação dos tempos que Karl Marx acreditou que a burguesia unificava. A burguesia, nem mesmo com o capitalismo, é capaz de unificar os tempos. As ideologias presentes no continente, socialismo, comunismo, progressismo, que se opõem ao capitalismo, criam destempos, que podemos demonstrar nas relações comunicacionais entre Brasil, Cuba e Venezuela, por exemplo.

⁶. Ver o site <http://www.mapuexpress.org/>

A constituição, segundo Latour, nos manda seguir muitas coisas, mas ela mesma exclui muitas outras. Onde está a fronteira do judiciário e do executivo, ou do Estado e da religião? Não conseguimos separar tudo na prática, apenas em teorias. Se os coletivos são impuros, maiores são as dificuldades de inclusão nas esferas públicas. Por que a constituição argentina não reconheceu os mapuches do deserto? Porque somada a todas suas impurezas, ainda carregam a do extremo geográfico. É da superação da dicotomia naturalismo vs. racionalidade que ampliaremos o poder das pequenas esferas privadas, na esfera pública burguesa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Dirceu Martins. “A VELOCIDADE NA COMUNICAÇÃO: QUESTÕES DE EMISSÃO E RECEPÇÃO NA SOCIEDADE DA CIBERCULTURA”. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2303-1.pdf>>. Acesso em 20 Jun. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução Denilson Luís Werle. – 1.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LIPPMANN, Walter. Opinião pública. Tradução de Jacques A. Wainberg. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010).

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: Mauro Wilton de Souza. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 39-68.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teorias da comunicação**: ideias, conceitos e métodos.

ROSSET, Clément. **A antinatureza**: elementos para uma filosofia trágica. – Tradução Getulio Puell. – Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989.

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural**: lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **A ecologia pluralista da comunicação**: conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.

VIRILIO, Paul. “A imagem virtual mental e instrumental”. In: PARENTE, André. (Org.). **Imagem-máquina**: a era das tecnologias do virtual. Tradução de Rogério Lu et alii. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 199